

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 20/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2019**

(Contém 12 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

A handwritten signature in dark ink, appearing to be 'C. Am', is located in the bottom right corner of the page.

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 20/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 04 DE OUTUBRO DE 2019**

Aos quatro dias do mês de outubro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 09:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 27 de setembro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.

**ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **REALIZAÇÃO DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira abordou o assunto que foi falado na última sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado dia 30 de setembro, sobre os pedidos apresentados para que as sessões da Assembleia Municipal passassem a ser transmitidas em direto, via internet, e para que as mesmas decorressem noutra local. Em sua opinião, o assunto é pertinente e devem de dar um contributo nesse sentido, pois a Assembleia Municipal é o Órgão Deliberativo deste Município e devem ser dadas todas as condições necessárias, para que dignifiquem as sessões da Assembleia Municipal. O auditório no edifício dos Paços do Concelho dispõe as pessoas numa postura de assistir e não de participar. A realização das sessões da Assembleia Municipal, em outro local, poderia contribuir para que as pessoas se sentissem melhor posicionadas e pudessem dar outra contribuição. Acrescentou, que se as sessões da Assembleia Municipal passassem a ser transmitidas em direto, via internet, os membros passariam a preparar-se melhor, sentir-se-iam mais responsáveis e com outra postura.

Mais referiu o Senhor Vereador Roberto Oliveira que anteriormente já abordou este assunto, nomeadamente, para que as sessões da Assembleia Municipal se iniciassem mais cedo e houvesse a descentralização pelas Freguesias do Concelho, mas sabe que não resultou, com exceção da sessão realizada na Freguesia do Cabouco, porque as pessoas têm que estar disponíveis.

Expôs que a sua intervenção, é no sentido de alertar a Câmara Municipal para que sejam dadas todas as condições para a realização das sessões da Assembleia Municipal de forma digna e com maior participação, porque as sessões daquele Órgão nunca tiveram a dignidade que merecem. Seria dar mais um contributo, para uma cidade inteligente, inovadora, inclusiva, resiliente, conectada e norteadada pela promoção da qualidade de vida dos cidadãos.

A Senhora Presidente referiu que este assunto tem sido conversado, entre pares e em vários contextos, onde se tem refletido sobre o contributo destas transmissões para a democracia. Citou o comportamento do Deputado Municipal José Pacheco, na última sessão da Assembleia Municipal, com um nível de acusação. Pode haver a dúvida e ser colocada a um Órgão, mas fazer acusações graves sem ter pedido explicações previamente, parece ser um meio de fazer uma política baixa, quando os membros do Órgão Executivo estão disponíveis para prestar contas e esclarecer.

Referiu, ainda, a Senhora Presidente que há uma realidade nova que as pessoas se ocultam através dos perfis falsos e não há como descobrir. Há mecanismos em que as pessoas compram a entrada num servidor em determinado país que não tem acordo com a Polícia Judiciária em Portugal e fazem o que bem entendem. Expôs que sabe bem desta situação porque já apresentou várias queixas no Ministério Público por difamação e, até ao momento,



nunca foi chamada por se ter identificado alguém. Os meios de comunicação da forma como estão permitem que um cidadão possa ter um IP colocado num desses países e a Polícia Judiciária pede informações e esses países nem respondem. Acrescentou, que está na vida política e naturalmente sujeita-se a ouvir do bom e do mau, mas quer ter o direito de responder a essa pessoa a sua posição. Ao ocultarem-se num perfil falso não lhe permite o direito de defesa com aquela pessoa. É uma nova realidade e uma nova forma das pessoas atuarem e isso não melhora a democracia e não aproxima o cidadão da política. Nesta situação, estão a por todos no rol dos ladrões e dos incompetentes e não se vê assim, pois tem o direito de defender a sua honra.

Mais referiu a Senhora Presidente que não vê que esta situação aproxime o cidadão da política e não acredita que fiquem pessoas a assistir a toda a transmissão da sessão. Este é um assunto para se pensar e refletir e ainda não está nada decidido.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que este assunto já foi falado num anterior mandato e comentou que, neste mandato, já se passaram quase dois anos e ainda, não houve qualquer decisão sobre o assunto. Comentou, ainda, que a crítica que a Senhora Presidente fez ao Deputado Municipal José Pacheco é grave uma vez que o referido Deputado fez a intervenção que achou adequada, atendendo à gravidade que o mesmo atribui ao assunto, tanto mais que o referido, não apontou a responsabilidade em concreto a ninguém, mas sim ao resultado que ele entende ser desastroso, comentando, ainda, que se associa integralmente ao que foi dito pelo Deputado Municipal José Pacheco, quanto aos pedidos de esclarecimento não vê por que razão têm os Deputados Municipais de pedir esclarecimentos fora daquele espaço de debate, uma vez que aquele é o local próprio para o fazer.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que disse “que se as sessões da Assembleia Municipal passassem a ser transmitidas em direto, via internet, os membros passariam a preparar-se melhor, sentir-se-iam mais responsáveis e com outra postura”, não quer com isso dizer que está a por em causa a qualidade dos cidadãos que compõem a Assembleia Municipal, mas com a filosofia que envolve o Órgão, com uma postura de solenidade.

A Senhora Presidente expôs que os tempos mudaram. Antigamente solicitar uma reunião a um Presidente da Câmara Municipal, diretamente, para resolver determinada situação não era tão acessível como é nos dias de hoje. Disse que recebe diariamente mensagens, seja por e-mail ou pelas redes sociais, sobre vários assuntos. A proximidade que as pessoas têm do poder Executivo é diferente da que tinham há alguns anos atrás.

Apresentou uma reflexão que fez, ainda, ontem. Decorreu na Aula Magna da Universidade dos Açores, o comício de encerramento do PS/Açores, a sala estava cheia, mas de pessoas que vão votar no Partido Socialista que não precisavam de ir a um comício para ser convencidas a votar no Partido Socialista, porque eram militantes, simpatizantes ou integram



listas do próprio partido. Até nisso os tempos dizem que se tem de repensar o modo como planejar uma campanha eleitoral. No passado, um comício era a forma das pessoas conhecerem o partido, o seu projeto político e ouvirem o que o partido tem a dizer para o futuro, mas nos dias de hoje, através dos meios de comunicação muito mais amplos e acessibilidade instantânea, em particular as redes sociais, as pessoas já têm toda a informação e não saem de casa para serem convencidas de alguma coisa. É um modelo que existiu no passado, teve sucesso na divulgação da mensagem política, mas tem de ser repensado, sucedendo o mesmo com as campanhas de rua. São reflexões a considerar para o futuro, pois entende que este modelo está esgotado e já não se adapta aos tempos atuais.

Acrescentou, ainda, a Senhora Presidente que estas novas realidades, na sua opinião, também contribuem para a não proximidade dos cidadãos com a Assembleia Municipal, porque, como já referiu, o poder político Executivo está cada vez mais próximo das pessoas. Os novos meios de comunicação permitiram essa aproximação e um contato direto com os decisores, que no dia seguinte já têm uma resposta. São os sinais do tempo.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ORDEM DO DIA:**

#### **PRESIDÊNCIA:**

#### **PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Projeto Náutica/0 abrange todos os alunos dos 7.º e 8.º anos da Secundária de Lagoa;
- Câmara de Lagoa inaugurou posto de carregamento elétrico junto aos CTT;
- Lagoa mantém vigilância de nadador salvador no Complexo Municipal de Piscinas durante o inverno;
- Dia Mundial do Turismo assinalado na Lagoa com presença do Presidente do Governo dos Açores;
- Abertura da loja HB Phones confirma desenvolvimento económico e empresarial na Lagoa;
- Cristina Calisto congratula Governo dos Açores pela decisão de avançar com projeto de substituição da cobertura da Escola Padre João José do Amaral (FISHER).



Sobre o assunto “Lagoa mantém vigilância de nadador salvador no Complexo Municipal de Piscinas durante o inverno”, o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou qual a razão do horário ser das 10 horas às 14 horas.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos, responsável por esta área.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que a Câmara Municipal de Lagoa decidiu manter o Complexo Municipal de Piscinas com vigilância de nadador salvador, à semelhança do que aconteceu o ano anterior. O serviço será assegurado todos os dias, das 10 horas às 14 horas, porque é o horário que tem maior afluência. Mais informou que há um grupo de banhistas que frequentam diariamente aquele local, já com alguma idade e mobilidade limitada, pelo que o nadador salvador assegura também a proteção e assistência a essas pessoas que utilizam aquela Zona Balnear, com especial incidência naquele horário.

Relativamente ao assunto “Cristina Calisto congratula Governo dos Açores pela decisão de avançar com projeto de substituição da cobertura da Escola Padre João José do Amaral (FISHER)”, o Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se as obras naquela Escola vão implicar a interrupção do ano letivo.

A Senhora Presidente informou que a Direção Regional da Educação deu início aos procedimentos para a elaboração do projeto de substituição da cobertura da Escola Padre João José do Amaral. Neste momento, vão lançar a concurso o procedimento e o ideal será a remoção do telhado em fibrocimento com incorporação de amianto, decorrer no verão de 2020, nas férias letivas. A partir do 3.º período vão calendarizar a data para a execução dos trabalhos.

Sobre o assunto “Abertura da loja HB Phones confirma desenvolvimento económico e empresarial na Lagoa” o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que lhe desagradou ao ler a notícia, não pela Senhora Presidente ter dado atenção à abertura da nova loja de telemóveis, mas porque entende que a Senhora Presidente deveria considerar outra forma de preparar as notícias, porque foi mais um investimento na cidade de Lagoa, mas fecharam 7 (sete) outros estabelecimentos comerciais, na Lagoa, e não se fez notícia. Mais referiu que as pessoas comentam que a Câmara Municipal só se associa quando há a abertura de um novo estabelecimento comercial.

A Senhora Presidente informou que esteve presente, no passado dia 28 de setembro, na inauguração da loja «HB Phones», na freguesia de Nossa Senhora do Rosário, porque foi convidada e não é convidada para os encerramentos. Esta é uma situação que tem a ver com os sinais do tempo, as lojas vão fechando pelo aparecimento de novas realidades.



Mais referiu a Senhora Presidente que a loja «HB Phones» abriu numa linha das tecnologias e na área da comunicação, numa linha que o Município da Lagoa tem trabalhado, num serviço novo e como já referiu foi convidada para presidir e falar na inauguração. Trata-se de um jovem do Concelho, dinâmico que criou um negócio próprio e está a apostar no seu futuro e entende que o Município deve ser solidário com quem está a lutar para investir no Concelho e deve de ser enaltecido por isso.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que reconhece que o Concelho de Lagoa precisa desses investimentos, mas a sua intervenção foi no sentido de haver alguma atenção naquilo que se escreve, porque enquanto abriu um novo estabelecimento comercial, fecharam 7 (sete).

A Senhora Presidente disse que é da sua responsabilidade o Gabinete de Comunicação e Relações Públicas e faz a gestão deste serviço, pelo que é da sua responsabilidade responder a quem de direito. A sua consciência diz-lhe que deve promover a informação de investimento no Concelho.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que sendo uma pessoa de bem, alertou a Senhora Presidente para o teor dos textos das notícias, uma vez que o teor dos mesmos não refletindo a realidade empresarial do Concelho, podem ser considerados ridículos e descontextualizados por quem os lê.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

#### **PONTO N.º 2 – PROPOSTA – CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ AO MONTANTE MÁXIMO DE 350.000,00 €:**

Pela Senhora Presidente foi presente a proposta para a contratação de um empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

- À semelhança do que acontece em qualquer Instituição da Administração Pública, o fluxo de realização das receitas do Município de Lagoa – Açores não é regular ao longo do ano;
- Nem sempre é possível evitar dificuldades pontuais de tesouraria;



- Nos termos do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, a margem utilizável da dívida total da autarquia é de 2.018.793,00€, de acordo com os dados disponíveis para o 2.º trimestre de 2019;

- O n.º 1 e 2, do artigo 50.º e n.º 5 do artigo 49.º, da referida lei;

Proponho à Câmara Municipal que se procede à abertura de um procedimento com vista à contratação de um Empréstimo de Curto Prazo, na modalidade de conta corrente, com a possibilidade de libertação de verbas à medida das necessidades, até ao montante máximo de 350.000,00€ (trezentos e cinquenta mil euros), por forma a Autarquia poder cumprir com os seus compromissos atempadamente, com as seguintes condições:

1. Prazo de amortização de um ano, com taxa indexada à Euribor a 6 meses, com início a 1 de janeiro e término a 31 de dezembro de 2020, não sendo admitidas propostas variantes;

2. Critérios de adjudicação: A adjudicação será efetuada segundo o seguinte critério único: da proposta economicamente mais vantajosa para o Município;

3. Plano Previsional: Deverão as entidades convidadas entregar juntamente com a proposta, o plano previsional de pagamentos, até ao final do prazo do empréstimo;

4. Não serão consideradas:

- Propostas ou formalizados contratos que prevejam, de forma expressa ou implícita, direta ou indiretamente, qualquer tipo de comissões, outros custos ou encargos indiretos;

- Quaisquer propostas ou formalizados contratos que prevejam, expressa ou implícita, direta ou indiretamente, qualquer tipo de garantias vedadas por lei;

- Quaisquer propostas ou formalizados contratos que prevejam, expressa ou implícita, direta ou indiretamente, capitalização de juros ou comissões;

5. Prazo de entrega das propostas: as propostas deverão ser entregues, impreterivelmente até às 14h00 do próximo dia 21 de outubro, na Subunidade Orgânica de Contratação Pública, sita ao edifício dos Paços do Concelho, sendo a abertura das mesmas no mesmo dia, pelas 14h15.

6. Instituições bancárias a convidar: Santander Totta SA; Millennium BCP; Banco Português do Investimento; Novo Banco dos Açores e Caixa Geral de Depósitos."

A Senhora Presidente informou que é normal nesta altura do ano apresentar a proposta para a contratação de um empréstimo de curto prazo e, como sabem, nos últimos anos não houve necessidade de recorrer ao empréstimo de curto prazo. Todos os anos tem apresentado a proposta e, se não for usado, não há encargos para o Município. Com esta proposta está a salvaguardar eventuais situações de tesouraria, pois pode ter necessidade de utilizar. Mais expôs que este ano de 2019, poderia ter sido necessário utilizar, por necessidade de Tesouraria, se tivesse 3 ou 4 obras com candidaturas a Fundos Comunitários a decorrer ao mesmo tempo, pois tinha que efetuar os pagamentos e depois solicitar o reembolso, mas devido ao atraso na aprovação das candidaturas não o utilizou.





O Senhor Vice-Presidente pediu o uso da palavra e referiu que há duas alturas no ano, em que o Município paga as rendas às Portas da Lagoa, através do contrato de arrendamento do Tecnoparque, nos meses de abril e outubro, e nessas alturas pode ocorrer uma necessidade de Tesouraria. Assim, com este procedimento a situação fica salvaguardada.

A Senhora Presidente referiu que no mês de junho há o pagamento do subsídio de férias e no mês de novembro o pagamento de subsídio de Natal, mas apesar desse esforço de tesouraria, não tem sido necessário utilizar o empréstimo de curto prazo. Poderia fazer elogios, mas fica por aqui.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que a explicação dada está “engraçada” e não é mais do que já apresentaram em anos anteriores. Dirigiu a palavra à Senhora Presidente expondo, que lhe permitisse a correção da sua gramática, quando se refere no “eu” deveria se referir em “nós” - Câmara Municipal, porque a Câmara Municipal não é da Senhora Presidente e por respeito com o Órgão Executivo colegial, deveria referir as decisões da Câmara na 3.ª pessoa.

A Senhora Presidente referiu que a atividade Financeira está na alçada das suas competências.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado respondeu à Senhora Presidente que a atividade Financeira que está na alçada das suas competências, é o vencimento que recebe e administra.

A Senhora Presidente respondeu que estava a referir-se à área Financeira da Câmara Municipal e o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado sabe perfeitamente em que contexto disse “eu”.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado realçou que em outras intervenções não é prática as pessoas usarem o “eu”. Conhece empresários, com uma atividade significativa, que quando falam da sua empresa falam em “nós”, embora a empresa seja deles e a Câmara Municipal não é da Senhora Presidente.

A Senhora Presidente disse que sabe que o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado não vai às inaugurações e a outros eventos da Câmara Municipal, se fosse percebia o “eu” e “nós” nas suas intervenções e por isso devia participar mais nas atividades públicas da Câmara. Nesta situação disse “posso ter necessidade de utilizar”, mas todos perceberam que o contexto é de decisão e gestão e não de “propriedade”, pelo que não vai permitir que se alimente este tipo de discussões.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que fica o registo da sua chamada de atenção sobre o assunto.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada pela Senhora Presidente;



2.º Proceder à abertura de um procedimento com vista à contração de um empréstimo de curto prazo até ao montante máximo de 350.000,00 € (trezentos e cinquenta mil euros), nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

**PONTO N.º 3 – PROPOSTA - 2.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL PARA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 12 de julho de 2019, de acatar a recomendação formulada, pelo Tribunal de Contas, no Relatório n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), de suspender a aplicação do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município da Lagoa e, consequentemente, cessar a atribuição de apoios financeiros, sob qualquer forma, até que estejam reunidas as condições estabelecidas pelo Tribunal de Contas, foi presente a proposta de alteração do referido Regulamento Municipal, contemplando as condições estabelecidas na recomendação daquele Tribunal de Contas.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta de alteração do Regulamento Municipal para a Concessão de Subsídios do Município de Lagoa-Açores;

2.º Submeter à apreciação pública a referida alteração de Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série.

**PONTO N.º 4 – PROPOSTA - 1.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Na sequência do Relatório n.º 02/2019-FS/SRATC – Auditoria aos encargos com empréstimos contraídos por entidades privadas - Município da Lagoa (Ação n.º 16-201FS2), enviado pelo Tribunal de Contas, o qual foi presente na reunião ordinária da Câmara Municipal de 12 de julho de 2019 e na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 26 de agosto de 2019 e do ofício do Tribunal de Contas n.º 1307 – UAT II, de 20-09-2019, recomendando o melhoramento no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais foi presente a proposta de alteração do referido Regulamento Municipal, contemplando as condições estabelecidas pelo Tribunal de Contas.



A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Concordar com a proposta de alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais;

2.º Submeter à apreciação pública a referida alteração de Regulamento, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do aviso no Diário da República II Série.

#### **PONTO N.º 5 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO PARA O EVENTO DESPORTIVO AZORES CHALLENGE TRAIL:**

Pela Associação PRSpinning foi presente a candidatura com o pedido de apoio para o evento desportivo Azores Challenge Trail, que decorrerá no dia 2 de novembro de 2019.

Pelo Gabinete de Desporto foi apresentada a grelha de avaliação do evento, conforme o disposto no Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, em vigor neste Concelho.

Pelo Senhor Vereador Nelson Santos foi exarado o seguinte despacho:

“Concordo com a análise e avaliação efetuada pelo Gabinete de Desporto. Estando a natureza das despesas a financiar especificadas e ponderadas pelo Gabinete de Desporto, proponho que o controlo efetivo da aplicação da verba a atribuir seja realizado ao abrigo do n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, através da assunção de encargos perante terceiros, até ao valor máximo de 3.500,00 €.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com cinco votos a favor dos membros do Partido Socialista e duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira:

1.º Aprovar a atribuição do apoio para o evento desportivo Azores Challenge Trail, que decorrerá no dia 2 de novembro de 2019, através da assunção de encargos perante terceiros, até ao valor máximo de 3.500,00 €, conforme previsto no n.º 4 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais;

2.º Encarregar o Gabinete de Desporto de proceder ao controlo efetivo da aplicação da atribuição do apoio para o referido evento desportivo;

3.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e à Associação PRSpinning.



**SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:****PONTO N.º 6 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 03 de outubro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 822.892,35 € (oitocentos e vinte e dois mil oitocentos e noventa e dois euros e trinta e cinco cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

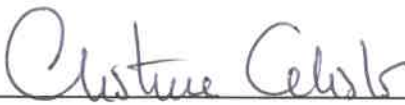
De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

**ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 10:20 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
\_\_\_\_\_  
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO